

Analista do comportamento pode usar métodos projetivos? Reflexões teóricas e clínicas¹

*(Can a behavior analyst use projective techniques?
Theoretical and clinical thoughts)*

Edmar Francisco Theodoro y Alessandro Antonio Scaduto

Universidade Federal do Paraná

(Brasil)

RESUMO

Métodos projetivos (MPs) são instrumentos para avaliação da personalidade com variadas aplicações clínicas. Tradicionalmente são associados a teorias psicodinâmicas; contudo, tanto os instrumentos quanto os fenômenos detectados por eles não são de exclusividade de nenhuma teoria psicológica. Há relatos sobre analistas do comportamento utilizarem recursos parecidos com MPs de forma não sistemática, sugerindo uma carência teórico-metodológica relacionada a instrumentos para a avaliação clínica comportamental na literatura nacional. Nesse contexto, analisamos as possibilidades de utilização de MPs por analistas do comportamento a partir de uma revisão teórica sobre o tema, visando lidar com tal carência e favorecer a aproximação entre a Análise do Comportamento (AC) e o campo maior da Avaliação Psicológica. Analisamos as principais características de alguns instrumentos e fenômenos avaliados pelos mesmos e compilamos interpretações teóricas e estratégias clínicas que a AC propõe a eles. A partir disso, entendemos que o conhecimento atual na AC fornece amplas possibilidades de análise e explicação dos fenômenos captados por esses métodos. Os instrumentos que envolvem narrativas e estímulos estruturados ou desenhos parecem mais profícuos para utilização clínica neste momento. Enfatizamos que o diálogo entre a Análise do Comportamento e a Avaliação Psicológica, como ilustrado aqui, pode ser mutuamente benéfico.

Palavras-chave: métodos projetivos, técnicas autoexpressivas, análise do comportamento, terapia analítico-comportamental, avaliação psicológica.

1) Endereço para correspondência: Edmar Theodoro, Graduando em Psicologia. Universidade Federal do Paraná, Praça Santos Andrade, 50, CEP 80060-240, Curitiba, PR. E-mail: edmarft@hotmail.com.

ABSTRACT

Projective techniques (PTs) are psychological assessment resources with multiple clinical applications. Traditionally, such techniques are associated with psychoanalytic and psychodynamic theories; nonetheless, both the techniques and phenomena detected by them are not exclusive of any psychological theory. There are reports about behavior analysts using resources similar to PTs in a non-systematic way, which suggests a theoretical-methodological lack related to instruments for clinical behavioral assessment in the present Brazilian literature. Therefore, this study seeks to analyze the usage possibilities of PTs for behavior analysts, as means of responding to such lack, based on a theoretical review, in order to approximate Psychological Assessment and Behavior Analysis (BA). We analyzed some PTs and phenomena related to them, and compiled theoretical interpretations and clinical strategies that behavior analysis (BA) proposes to such phenomena. We understand that the current knowledge in BA provides broad possibilities of analysis and explanation of phenomena detected by projective techniques. Instruments involving narratives and structured stimuli or drawings seem to be the most useful for clinical use at this moment. Finally, we discuss aspects to be explored on the validity of PTs-related data and reiterate the mutual benefit of the dialogue between Behavior Analysis and Psychological Assessment.

Keywords: projective techniques, autoexpressive techniques, clinical behavior analysis, behavioral therapy, psychological assessment.

A Análise do Comportamento (AC), na prática clínica, tradicionalmente utiliza poucos instrumentos padronizados de Avaliação Psicológica, priorizando uma prática pautada em entrevistas e observações (Bolsoni-Silva & Josua, 2019; Meyer et al., 2010). Esse distanciamento do uso desse tipo de instrumentos pode ocorrer por diversas razões. Ao nível teórico, Rabelo e De Rose (2015) apontam que a AC enfatiza o nível de análise idiográfico (individual e singular), enquanto o uso de testes psicológicos se refere ao nível nomotético de análise (populacional, normativo), o qual seria pouco relevante (Yano & Meyer, 2004). Num nível prático, Yano e Meyer (2004) também apontam que o uso de instrumentos padronizados toma tempo com sua aplicação, interferindo na relação terapêutica.

Ainda, o distanciamento entre AC e Avaliação Psicológica no Brasil parece ocorrer por razões culturais, por uma dificuldade de diálogo relativa ao isolamento da AC (Cruz, 2016; Strapasson et al., 2017; Todorov, 2016). Por fim, Bolsoni-Silva e Josua (2019) apontam para a escassez de instrumentos e modelos de análise em AP coerentes com ou diretamente embasados nessa teoria na literatura nacional (contudo, vide Del Prette & Del Prette, 2018), além de problemas no ensino de Avaliação Psicológica (Sdoukos et al., 2019; Silva, 2004).

Nesse contexto, os chamados métodos projetivos (MPs), enquanto instrumentos de avaliação da personalidade, também sofrem desse distanciamento com a comunidade de analistas do comportamento, apesar da sua popularidade no campo maior da Psicologia (Reppold et al., 2020). Não obstante, são instrumentos cuja

utilização encontra apoio em um volume expressivo de pesquisas, e com potencial de utilização clínica pouco aproveitado na AC. Como pretendemos demonstrar, tais instrumentos permitem observar amostras de classes de respostas e de estímulos com relevância clínica, facilitando a avaliação comportamental e comparações intrassujeito, bem como, potencialmente, facilitar a relação terapêutica.

No decorrer deste trabalho, analisaremos as características dos MPs, utilizando alguns deles como exemplos (em especial, aqueles baseados em produções de desenhos e narrativas fictícias). A partir das características dos instrumentos, especialmente os tipos de comportamentos evocados por eles, buscamos a literatura de AC que pode explicar tais fenômenos. Mais especificamente, mostraremos como os conceitos de eventos privados e comportamento inconsciente, comportamento perceptivo, verbal e simbólico se aplicam à análise dos dados de MPs. Ao final, propomos algumas direções para futuras pesquisas e o uso desses instrumentos. Esperamos que este trabalho possa ajudar os analistas do comportamento a selecionar e utilizar MPs de forma coerente aos princípios da AC.

MÉTODOS PROJETIVOS

Os chamados métodos projetivos são atividades compostas por estímulos pouco estruturados (também chamados permissivos ou ambíguos), que permitem uma ampla gama de respostas (Miguel, 2014; Pinto, 2014), e são voltados predominantemente para avaliar a personalidade, ou seja, como a pessoa percebe a vida, suas relações, e como se comporta frente a determinadas pessoas e situações (Formiga & Mello, 2000; Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006). Tais estímulos são usados principalmente em tarefas como descrever com o que se parecem (por exemplo, o Psicodiagnóstico de Rorschach; Traubenberg, 1998), criação de narrativas fictícias (como o Teste de Apercepção Temática – TAT; Murray, 1943/2005), desenhos (por exemplo, o Teste Projetivo do desenho da Casa, Árvore e Pessoa – H-T-P; Buck, 2003) ou ambos (vide o Procedimento de Desenhos-estórias – D-E; Trinca, 1997). Os MPs priorizam uma avaliação qualitativa do avaliando, e promovem maior interação deste com o terapeuta (Miguel, 2014).

O fundamento desses instrumentos é que o desempenho da pessoa avaliada na tarefa proposta é considerado uma expressão de sua personalidade, entendida aqui como seus padrões regulares de comportamento. Também é pressuposto nessas formulações que as experiências prévias de uma pessoa afetam a forma como ela percebe o seu mundo e interage com ele atualmente, e que a situação de avaliação fornece uma amostra confiável desse modo de interação (Pinto, 2014). Ou seja, que uma amostra de comportamento numa situação controlada (estímulos padronizados no contexto de avaliação) provê indícios de como ela tende a se comportar fora dali, incluindo principalmente padrões emocionais, tendências de ação e interpretação de situações e o nível de autoconhecimento.

A expressão “projeção” foi dada, de início, por referência ao conceito de origem psicanalítica, muito embora seja inadequada para agrupar tal diversidade de instrumentos (Scaduto et al., 2020), até no que se refere ao próprio conceito psicanalítico de projeção (Telles, 2000). Miguel (2014) aponta que diversas teorias

psicológicas formularam explicações a esses fenômenos com objetivos distintos, como os modelos pela terapia do esquema (Teglasi, 2010), cognitiva (Meyer et al., 2017) e sistêmica (Aragonez, 2013).

Há alguns anos, autores vêm tentando mudar a nomenclatura desses instrumentos para termos como métodos/técnicas autoexpressivas ou técnicas de resposta livre (Miguel, 2014; Scaduto, 2016; Scaduto et al., 2020; Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006), por representarem mais claramente as atividades envolvidas, e indicar a possibilidade de análise por diversas teorias. Contudo, a literatura predominante sobre tais instrumentos ainda usa o termo “métodos projetivos” em língua portuguesa e “projective techniques” em língua inglesa (Scaduto et al., 2020). Portanto, utilizaremos ao longo do texto os termos métodos projetivos e técnicas autoexpressivas como intercambiáveis.

PERSONALIDADE NA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Dada a importância do termo “personalidade” para a discussão sobre os MPs, revisaremos brevemente o que se entende por esse termo a partir da AC. Esta se propõe a estudar o comportamento em todos os seus aspectos, incluindo aqueles referidos ao que se costuma chamar de personalidade (Banaco et al., 2012). Estes autores ressaltam que embora a concepção mentalista tradicional de personalidade seja incompatível com os princípios da AC, não se deve ignorar o conceito, mas reformulá-lo de forma coerente com essa teoria.

Personalidade, na Psicologia, costuma se referir a padrões de comportamentos relativamente estáveis dos indivíduos (seu “jeito de ser”), incluindo pensamentos, ações e reações emocionais (Banaco et al., 2012; Bolling et al., 2006). Características comumente descritas como parte da personalidade (timidez, extroversão, por exemplo) podem ser classes amplas de comportamento para a AC, ou seja, uma ampla gama de respostas, que ocorrem numa variedade de contextos, controladas por aspectos semelhantes que organizam tais classes (Banaco et al., 2012; Skinner, 1974/2009).

Como todo comportamento, os padrões de comportamento relacionados ao que se chama de personalidade são determinados pelos três níveis de seleção (filogenético, ontogenético e cultural). Banaco et al. (2012) compilaram exemplos de características de personalidade determinadas majoritariamente em cada um desses níveis. No nível filogenético, esses mesmos autores citam a variação da sensibilidade a reforçadores e aversivos. No ontogenético, esquemas de reforçamento a que o indivíduo foi exposto em contextos importantes, que ensinaram padrões consistentes de comportamento. Já no nível cultural, Banaco et al. (2012) citam o aprendizado social de autoconhecimento e uma ampla gama de relações privadas, por vezes chamadas de *Eu* ou *self*.

EVENTOS PRIVADOS E AUTOCONHECIMENTO

Parte do que se chama de personalidade se refere a eventos privados, ou seja, pensamentos, sentimentos e emoções, e eventos corporais no geral. Tais eventos são

entendidos como estímulos e respostas a que só o indivíduo tem acesso diretamente (Ferreira et al., 2010; Haber & Carmo, 2007).

Muitos componentes de relações comportamentais passam a ocorrer privadamente a partir de repertórios públicos ensinados pela comunidade verbal (Ferreira et al., 2010). Um exemplo é a descrição de sentimentos: a princípio ensinada pela comunidade verbal de forma pública, a partir de correlatos públicos dos sentimentos, eventualmente passa a ocorrer mais frequentemente de forma privada, ou seja, o indivíduo identifica sentimentos sem relatá-los. O mesmo processo ocorre com pensamentos e outros comportamentos (Skinner, 1974/2009).

Esse ensino ocorre porque é importante para a comunidade que o indivíduo consiga descrever aspectos de seu organismo (por exemplo dores, sentimentos, tendências de ação, e outros eventos privados) possibilitando lidar com os mesmos, bem como prever suas ações (Skinner, 1957). Se a comunidade verbal é ineficaz em ensinar tais repertórios de autoconhecimento, o indivíduo pode manter-se inconsciente (ou seja, sem saber da ocorrência ou da determinação) de grande parte de seus comportamentos. Eventualmente, essas habilidades se tornam importantes para a própria pessoa (para cuidar-se e controlar-se), e a comunidade passa a limitar (punir) os relatos públicos (Silveira & Almeida, 2010) desses aspectos individuais, que então se tornam privados (Ferreira et al., 2010).

Quando o indivíduo passa por uma história de punição de comportamentos, tenderá a fazê-los menos, relatá-los menos, e até mesmo pensar sobre e observá-los menos, podendo tornar-se então inconsciente em relação a eles. Nos graus mais avançados desse processo, a pessoa pode fazer até mesmo ações públicas sem saber disso. Isto porque o próprio pensar ou observar a faz entrar em contato com estímulos aversivos condicionados - a ocorrência ou possibilidade do comportamento punido (Silveira & Almeida, 2010; Skinner, 1953/2003).

Não há diferença de natureza entre respostas públicas ou privadas; ambas pertencem a um contínuo em relação ao grau de observabilidade (Ferreira et al., 2010). Portanto, uma mesma classe de respostas pode ocorrer de forma pública ou privada a depender do contexto. Uma alternativa a essas fugas “explícitas” do comportamento punido - como evitar pensar sobre - é a variação na topografia da resposta desses comportamentos punidos. Assim, pode-se entrar em contato com estímulos reforçadores, e ao mesmo tempo evitar a punição, por exemplo, através de sonhos, metáforas e outros comportamentos socialmente mais aceitos (Guilhardi, 1998; Silveira & Almeida, 2010).

Como já referido, as técnicas autoexpressivas consistem em tarefas que requerem respostas verbais (por vezes narrativas), a partir de estímulos ambíguos, que tendem a evocar situações do cotidiano com menor aversividade. Desta forma, é esperado que a pessoa avaliada relate sentimentos e pensamentos que ocorrem nessas situações. Esse relato pode ser explícito (sobre a própria experiência), ou implícito, referindo-se à experiência como sendo de outras pessoas, através de exemplos ou abstrações.

Nesse sentido, as técnicas autoexpressivas fornecem um contexto para que algumas classes de respostas clinicamente relevantes se tornem públicas na presença do clínico. Isto é especialmente importante em situações nas quais o acesso direto

aos comportamentos relevantes é difícil, como na maioria dos casos de psicoterapia. Assim, seria possível acessar o que uma pessoa tende a sentir ou pensar em determinadas situações. Tais informações complementaríamos uma avaliação do que a pessoa faz nessas situações, o que é mais difícil de acessar adequadamente, já que por vezes ela mesma não consegue relatar precisamente o que faz e, principalmente, os determinantes de tais comportamentos.

Esse contexto possibilita tanto a avaliação do autoconhecimento do cliente, a partir dos relatos de eventos privados, quanto a intervenção, já que facilitaria tais relatos. Em termos de avaliação, a evocação de relatos de eventos privados ajuda a identificar relações funcionais destes com comportamentos públicos (Skinner, 1974/2009). Um exemplo é a função de estímulo que alguns desses eventos privados exercem para respostas públicas (Ferreira et al., 2010), bem como dar dicas sobre variáveis relevantes, e tipos de controles comportamentais envolvidos na situação (por exemplo, reforço positivo, negativo, punição; Banaco, 1999).

Em termos de intervenção, o uso de MPs (ou seus estímulos) auxiliaria a desenvolver autoconhecimento. Uma pessoa que não seja capaz de observar seu comportamento enquanto este ocorre, suas tendências para se comportar, e quais aspectos do ambiente influenciam seus comportamentos, terá dificuldades em controlar o próprio comportamento (Skinner, 1974/2009). Em outras palavras, “a consciência é um requisito para o autocontrole” (Silveira & Almeida, 2010, p. 71), e uma habilidade necessária para amenizar sofrimentos de diversos tipos. Por isso, intervenções e instrumentos como MPs, que possibilitam autoconhecimento e autocontrole, podem ser de grande valia, se manejados para promoverem tais efeitos.

COMPORTAMENTO PERCEPTIVO NAS TÉCNICAS AUTOEXPRESSIVAS

Um fenômeno importante captado pelos métodos projetivos é a percepção, a partir de estímulos pouco estruturados (Miguel, 2014). Algumas dessas técnicas apresentam estímulos sem forma definida (ambíguos); outras apresentam (ou solicitam a criação de) estímulos mais conhecidos, como desenhos de pessoas, que permitem variadas interpretações. Então podem ser incluídas na avaliação da atividade a descrição que o cliente fornece dessas figuras e a função que elas estabelecem no decorrer da tarefa (por exemplo, novas descrições em torno de um tema ou ainda como contexto para criação de uma história).

O que os clientes veem nessas figuras varia muito, apesar de os estímulos e a atividade solicitada serem padronizados. É sabido que o comportamento perceptivo, como qualquer outro, é influenciado pelas condições ambientais e modificado por elas (Skinner, 1974/2009). Portanto, a variação na percepção e descrição dessas figuras é influenciada pela história de vida de cada pessoa. Analisar o comportamento perceptivo a partir de técnicas padronizadas pode ajudar a levantar informações relevantes das condições da pessoa nesse momento e da história de vida que influenciou o que ela percebe e descreve.

A percepção envolve comportamentos respondentes e operantes, conforme Lopes e Abib (2002), e a interação destes resulta no que alguém percebe e, potencialmente,

consegue relatar. Sobre o aspecto operante do comportamento perceptivo, uma de suas principais funções é como precursor de outros comportamentos (Magalhães, 2019), ou seja, como necessário para possibilitar outros comportamentos. Um indivíduo olha para algo com o propósito de (a rigor, foi reforçado no passado por) melhorar o controle de estímulos do ambiente sobre si, e possibilitar o seu comportamento a seguir. Nesse sentido, uma parte do comportamento perceptivo, o operante “prestar atenção”, precursor de quase todos os operantes, é “o mais frequente comportamento de autocontrole de um organismo” (Strapasson & Ditrach, 2008, p.522). É um autocontrole porque modifica a função dos estímulos presentes na situação para que possa modificar seu próprio comportamento, em geral tornando-o mais eficaz (Skinner, 1953/2003). Comportamento perceptivo, autoconhecimento e autocontrole estão, portanto, intimamente relacionados.

Clinicamente, há pelo menos duas principais razões para investigar o comportamento perceptivo. A primeira é que a forma deste comportamento frente a MPs permite hipotetizar sobre excessos comportamentais relacionados ao controle de estímulos, e indicar operações motivadoras relevantes. Especificamente, tal comportamento indica classes de estímulos antecedentes que, pela história do indivíduo, sinalizam reforçadores (aos quais tende a prestar mais atenção e perceber mais facilmente, porque foi reforçado no passado), ou que sinalizam aversivos (dos quais tende a esquivar de observar e relatar), porque outros comportamentos foram punidos em sua presença (pré-aversivo) ou por sua presença (estímulo punitivo).

A segunda razão é identificar os estímulos aos quais o cliente não fica sob controle, e por decorrência, não consegue modificar seu comportamento em relação a eles de forma efetiva. Por exemplo, se o cliente não consegue atentar a algo numa figura, terá dificuldade em controlar seu comportamento na presença de algo semelhante em seu cotidiano.

Com os instrumentos adequados pode-se avaliar o comportamento perceptivo e suas funções, e identificar se, por exemplo, uma percepção distorcida é evocada por uma fala delirante antecedente (Bueno & Brito, 2011), ou se são descrições supersticiosas fruto de contingências passadas e até mesmo de regras supersticiosas ensinadas pela comunidade verbal (Benvenuti, 2010). Cada caso implica em prioridades e formas de tratamento diferentes. Os MPs são meios de avaliar o comportamento perceptivo dos clientes. Tal avaliação fornece dados sobre sua história de condicionamento que podem ser difíceis de conseguir apenas na interação verbal da clínica e complementam a formulação do caso.

ANÁLISE DE NARRATIVAS

Instrumentos como o H-T-P, TAT e o D-E são analisados de forma parecida a estratégias clínicas já comuns aos analistas do comportamento (Haber & Carmo, 2007; Regra, 2001; Vandenbergue & Pitanga, 2007). Esses trabalhos descrevem o uso de fantasias no atendimento de crianças e a interpretação de sonhos, nos quais cria-se uma história a partir desses estímulos perceptivos, e se analisa os personagens e seus comportamentos, bem como o comportamento verbal do cliente

ao contar a história. Apesar desse potencial, é escassa a produção em AC sobre as narrativas, e alguns autores têm ressaltado a importância de pesquisar o tema (Barnes-Holmes et al., 2018; Hineline, 2018).

A análise de histórias a partir de símbolos e metáforas, além dos comportamentos dos personagens, oferece informações sobre como o cliente tende a se comportar no dia a dia e suas preocupações ou conflitos, de uma forma não aparente no relato direto. Isso se deve à tarefa solicitada parecer distanciada da própria história de vida (como se fosse sobre outra pessoa), o que reduz a aversividade de descrever situações e sentimentos difíceis (Murray, 1943/2005), o que pode ser especialmente útil em momentos que o trabalho terapêutico “empaca” (Vandenbergue & Pitanga, 2007). Além disso, o próprio material nessas tarefas (sonho, desenho, figuras) tende a engajar o cliente na atividade pelo aspecto lúdico, independentemente de sua idade (Ávila & Azevedo, 2019; Guilhardi, 1998).

Usando narrativas, o terapeuta pode identificar o quanto o cliente percebe e consegue relatar o que faz e sente. O inquérito ou discussão posterior pode promover autoconhecimento a respeito disso, na medida em que o terapeuta modela relatos mais precisos e relacionados à própria história de vida da pessoa (Murray, 1943/2005; Vandenbergue & Pitanga, 2007).

A própria característica metafórica dessas atividades é profícua para avaliar o autoconhecimento da pessoa avaliada sobre sentimentos e emoções, a partir de suas descrições. E ainda sugere um caminho terapêutico, partindo das metáforas para modelar descrições de sentimentos claras e que possibilitem o autocontrole (Silva & Silveira, 2017). Essas mesmas autoras relatam tal possibilidade usando gravuras temáticas; entendemos que MPs baseados em narrativas também seriam eficazes para evocar metáforas.

COMPORTAMENTO VERBAL NAS TÉCNICAS AUTOEXPRESSIVAS

Como na maior parte das interações em terapia, a utilização desses instrumentos é feita a partir das interações verbais terapeuta-cliente. Quando o cliente descreve figuras, cria narrativas e responde aos inquéritos do terapeuta, está emitindo respostas verbais, ou seja, cujas consequências controladoras são mediadas pelo comportamento de outra pessoa (Skinner, 1957). Dado o controle sobre algumas variáveis críticas que o terapeuta possui – o contexto da atividade e o seu próprio comportamento -, este está em uma posição ótima para avaliar o comportamento verbal do cliente em relação aos estímulos da atividade, instruções, tempo, inquéritos, a própria fala prévia do cliente e seus comportamentos não verbais.

Neste contexto, um dos aspectos a se avaliar é como o cliente descreve características de pessoas, suas interações e o contexto na qual ocorrem. A princípio, o comportamento verbal nesses casos é do tipo tato (Skinner, 1957), operante de grande valia para entender a “realidade do cliente”, como ele interage com o mundo, incluindo consigo mesmo e seus comportamentos. Clinicamente, é interessante que os tatos sejam refinados para que o cliente possa interagir de forma mais eficaz com seu cotidiano. O terapeuta ajuda nesse processo criando condições para a descrição de estados emocionais, ações, e de eventos que controlem o comportamento

do cliente gradativamente, até que este consiga identificá-los adequadamente, e, é claro, reforçando tais descrições (De Rose, 1999).

Assim, as técnicas autoexpressivas podem informar sobre o nível de autoconhecimento do cliente, e fornecer estímulos aproximados para ensinar tal repertório. Como já comentado, as características da atividade tornariam alguns relatos menos aversivos, como situações de conflito e emoções negativas, o que seria um contexto apropriado para a modelagem desse comportamento, antes de solicitar diretamente relatos da vida do cliente.

Um segundo aspecto a se avaliar são as distorções de relatos ou descrições. Um dos mais evidentes é “dizer o que o terapeuta quer ouvir”, ou seja, descrever algo mais sob controle da possível resposta do terapeuta e de outros elementos do ambiente atual que dos antecedentes relevantes para o relato (De Rose, 1999). Nos casos mais extremos desse fenômeno, trata-se não de uma relação de tato, mas de mando (Skinner, 1957).

Um terapeuta consciente de seu comportamento identificará se está modelando relatos mais “agradáveis” ou se é o padrão comportamental do cliente. Assim, é importante observar quais tipos de descrições tendem a gerar esse tipo de edição nas respostas (tais como temas específicos, características da relação ou estados emocionais do cliente).

Essa mudança entre as funções mais claramente de tato para mando pode ocorrer pela emissão de autoclíticos, comportamentos verbais de segunda ordem, que operam sobre outros comportamentos verbais do falante para tornar mais eficaz o controle sobre o comportamento do ouvinte (Borloti, 2004; Borloti & Hubner, 2010). Genericamente, ocorrem sob controle dois aspectos: propriedades dos operantes verbais primários que o próprio falante emitirá, e de características da audiência (De Rose, 1999; Skinner, 1957). A depender de qual destes é o mais crítico, podemos classificar os autoclíticos em duas grandes categorias, (1) “de tato” e (2) “de mando” (Borloti, 2004; Borloti & Hubner, 2010; De Rose, 1999).

Autoclíticos “de tato” dão “pistas” para o ouvinte compreender melhor porque a outra pessoa fala algo, sob controle do que ela está e quais os elementos essenciais do que fala. Autoclíticos “de mando”, por sua vez, são controlados pelas possíveis respostas do ouvinte, e dão dicas (mais ou menos implícitas) para o ouvinte, sobre como reagir emocionalmente, e como se comportar no geral. Borloti (2004) e Borloti e Hubner (2010) apresentam análises mais detalhadas e com exemplos das categorias descritas por Skinner (1957).

Uma boa avaliação dos autoclíticos na fala do cliente pode ser essencial para definir a função dos operantes verbais primários, bem como características do repertório social do cliente. Os aspectos do comportamento verbal apresentados são uma breve ilustração do potencial de avaliação clínica desses fenômenos como um dos eixos de análise para técnicas autoexpressivas, especialmente as que envolvem narrativas e inquéritos. O comportamento verbal já é objeto comum de avaliação clínica, porém geralmente esta é feita por meio de entrevistas e interações terapêuticas convencionais. O que indicamos aqui é a possibilidade de utilizar instrumentos direcionados para uma avaliação minuciosa das interações verbais.

Como muitos MPs requerem o registro das respostas verbais do cliente, as mesmas podem ser analisadas em detalhes posteriormente, diferente das sessões convencionais, onde o foco é a interação terapêutica e o registro tende a ser menos preciso e volumoso. Nessa direção, a Análise Comportamental do Discurso (ACD) pode promover interpretações coerentes, fundamentadas e testáveis sobre o comportamento verbal de interesse. A ACD consiste num método sistemático de análise do comportamento verbal, e que inclui como parte do processo a avaliação do próprio profissional, em especial dos determinantes de seu comportamento de analisar o discurso de alguém (Borloti et al., 2008; Xavier et al., 2017).

AVALIAÇÃO CLÍNICA DO COMPORTAMENTO SIMBÓLICO

Um componente importante na análise de qualquer fala ou expressão é o controle discriminativo envolvido. Segundo Hayes (1984), a posição behaviorista tradicional é de explicar o uso de uma expressão pelo contexto social em que seu uso é reforçado, como apresenta Skinner (1945; 1957). Basicamente, essa análise descreve o comportamento verbal pela relação entre classes de respostas e classes de estímulos envolvidas.

Embora esta análise informe sobre os vários contextos de uso e condições de convenção social de uma expressão, há também outros aspectos importantes a serem investigados, como as relações de equivalência entre estímulos (Córdova & Medeiros, 2003; De Rose & Bortoloti, 2007). Sidman (1971), estudando controle de estímulos, descreveu a classe de estímulos equivalentes, definida pela verificação empírica de relações emergentes reflexivas ($A=A$), simétricas (se AB, então BA) e transitivas (se AB e BC, emerge AC) entre ao menos 3 estímulos. A principal diferença entre uma classe de estímulos funcionais (com semelhanças físicas ou não) e equivalentes é que algumas das relações entre os estímulos emergem sem treino direto (Hubner, 2006; Moreira et al., 2006). Os estudos dessa área, chamada de discriminação condicional, passaram a utilizar estímulos que possuem apenas relações arbitrárias entre si, ou seja, pesquisam comportamento simbólico (Hubner, 2006).

Segundo Moreira et al. (2006), uma decorrência dos estudos em equivalência de estímulos foi a Teoria de Molduras Relacionais (TMR; Hayes et al., 2001), que compreende essas relações como um operante, denominado responder relacional. Tal comportamento é aprendido com o reforçamento de múltiplos exemplares dessas relações, nos quais as molduras relacionais (tipos de relações) permanecem as mesmas e os estímulos variam. Além disso, a equivalência seria apenas uma das diversas relações possíveis entre estímulos.

Como o processo de aprendizagem é singular para cada pessoa, o significado de uma expressão é construído pelas relações de equivalência (ou outras) que ela aprendeu. Além da aprendizagem discriminativa prévia com uma classe de estímulos específica (um conjunto de termos), pode haver um controle contextual presente que altere as relações entre estímulos e/ou sua função comportamental discriminativa, reforçadora, punitiva (Hayes et al., 2001).

Avaliar a função (ou significado) de certos estímulos simbólicos para o cliente é de alta importância na clínica, dado que “as palavras utilizadas para rotular alguém podem tornar-se membros de uma classe de equivalência, levando à discriminação de aspectos sobre si que não foram explicitamente ensinados” (Haber & Carmo, 2007, p 51). Há também relações simbólicas entre eventos e ações, por vezes sob a forma de “histórias sobre si”, que são regras, mais ou menos claras, que influenciam seu comportamento (Törneke et al., 2015).

No caso do uso de MPs, é também a partir de comportamentos simbólicos que o cliente responde a figuras da tarefa como se fossem os estímulos com os quais interage em seu cotidiano. A forma como descreve uma figura e conta uma história (inventada ou relatada) pode informar sobre esses comportamentos e dar pistas clínicas sobre o efeito no repertório do cliente. A possibilidade de responder de novas formas (com outras relações) a eventos da vida é parte da flexibilidade psicológica, um componente comum de objetivos terapêuticos (Hayes et al., 2012/2021). Auxiliar o cliente a perceber quando estabelece relações prejudiciais entre eventos e desenvolver novas interpretações para situações ou eventos privados pode facilitar esse processo, seja por controles verbais mais eficazes ou reduzindo o controle atual para possibilitar que novas respostas emergjam (Törneke et al., 2015).

Nessa direção, nomes de emoções e sentimentos, descrição sobre outras pessoas ou do próprio comportamento podem oferecer pistas sobre o que controla o comportamento do cliente e de que forma. Com tais pistas, o terapeuta pode planejar melhores intervenções, não necessariamente focadas nas relações simbólicas. Portanto, identificar os tipos de relações que o cliente forma em contextos relevantes é importante para uma boa avaliação comportamental e o para o direcionamento do tratamento. As técnicas autoexpressivas podem ser um recurso profícuo para tanto, dadas suas características de evocação verbal e uso de estímulos que compartilham propriedades com o cotidiano do cliente.

Um ponto importante para a avaliação clínica desses fenômenos é decidir níveis de análise. Como no tema da percepção, o quanto se investiga os precorrentes dos comportamentos perceptivos e descritivos vai depender da necessidade clínica, da técnica utilizada e do quão viável é se debruçar sobre esses aspectos.

SUGESTÕES DE INSTRUMENTOS E MODELOS DE ANÁLISE VIÁVEIS

A partir da exposição sobre como a resposta a MPs pode ser explicada usando conceitos da AC, o D-E, o H-T-P e o TAT são, neste momento, mais profícuos para pesquisa e prática clínica por analistas do comportamento. Pelo fato de evocarem mais facilmente descrições e narrativas que se aproximem de situações que o cliente vive, do que pensa e sente nelas, o uso de desenhos e histórias permitiria interpretações mais detalhadas e potencialmente seguras a respeito de como o cliente tende a se comportar nesses contextos. Além disso, devido a tais instrumentos pedirem narrativas ou incluírem um inquérito, favorecem a produção de respostas verbais em grande quantidade.

As técnicas que apresentam uma folha em branco para desenhar podem fornecer uma direção do que deve ser tratado em sessão; ou, em situação de avaliação inicial, fornecer pistas, além da narrativa, sobre o que acontece na vida do cliente e como ele percebe tais situações e sentimentos (Regra, 1999). As técnicas com estímulos mais estruturados dão algum direcionamento para o tema da atividade, por exemplo, relações fraternais, parentais e relacionamentos amorosos (Jenkins, 2008; Scaduto et al., 2020).

As respostas do tipo narrativa fornecem informações sobre como o cliente interpreta seu contexto, bem como seus comportamentos prováveis em situações semelhantes. Isso se deve ao aspecto lúdico dessas tarefas e por apresentarem situações hipotéticas, que podem ser menos aversivas do que relatar situações do cotidiano (Haber & Carmo, 2007; Vandenbergue & Pitanga, 2007). Ainda, a análise clínica de narrativas proposta por Barnes-Holmes et al. (2018), baseado na Teoria de Molduras Relacionais, pode ser aplicada a essas respostas.

Sobre o comportamento verbal em tais MPs, a Análise Comportamental do Discurso (Borloti et al., 2008; Xavier et al., 2017) pode ser um método de análise profícuo, seja como principal forma de análise estruturada ou como complemento. A própria autoavaliação que compõe a ACD ajuda a formular interpretações e estimar sua validade.

O TAT possibilita amplas avaliações idiográficas, tanto pela quantidade quanto a qualidade das narrativas exigidas. Este instrumento dispõe de cartões que simulam diferentes situações sociais e, portanto, pode apontar as influências de diferentes contextos sobre o comportamento do cliente. Além disso, as instruções-padrão do TAT incluem solicitar a descrição do que acontece antes, durante e depois da situação retratada nas figuras, além de pensamentos e sentimentos das personagens (Murray, 1943/2005; Scaduto, 2016), o que facilita uma avaliação comportamental.

Deve-se notar que há instrumentos baseados no TAT com versões para crianças (Marques et al., 2016), idosos (Marques et al., 2013), populações minoritárias (Constantino et al., 2014) e focado em relações familiares (Aragonez, 2013), favorecendo sua adequação ao tipo do cliente e suas demandas. O TAT possui um modelo de análise nacional com pesquisas normativas recentes (Scaduto, 2016). Tal modelo de análise apresenta categorias não necessariamente vinculadas a uma teoria psicológica, que condensam e organizam aspectos das respostas do cliente, facilitando sua interpretação independente da orientação teórica.

O D-E e o H-T-P são instrumentos que requerem desenhos, e narrativas e/ou inquéritos a depender da forma de aplicação, sendo bastante versáteis em função disso. Nada impede, especialmente no caso do D-E, que se altere a aplicação para favorecer o surgimento de algumas informações importantes para que se complemente ou corrobore a formulação de caso. Para os analistas do comportamento, seria de especial interesse alterações que facilitem a identificação de aspectos ambientais relacionados aos comportamentos simulados na narrativa ou desenho. Ou ainda, se aproximando da ideia de Figueiredo e Naves (2018), pedir e organizar os desenhos e a história de forma semelhante à contingência de três termos, facilitando a avaliação comportamental e o desenvolvimento de autoconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E DIRECIONAMENTOS

Apontamos logo no início para possíveis explicações para o distanciamento entre a AC e a Avaliação Psicológica e aos MPs em específico, propondo que essa situação tem potencial para ser revertida. Este trabalho pretende aliviar algumas dessas tensões, principalmente em relação à suposta exclusividade teórica acerca desses instrumentos.

O estereótipo de que “analistas do comportamento não podem usar métodos projetivos” é curioso, dado que Skinner (1953/2003; 1957) já havia feito algumas análises sobre estes instrumentos, se submeteu a uma avaliação por meio do Rorschach (Grønnerød et al., 2012), e até mesmo desenvolveu um teste projetivo auditivo no início de sua carreira (o somador verbal; Rutherford, 2003; Miguel, 2014; Skinner, 1936). Tais elementos mereceriam uma discussão a parte, com relevância majoritariamente histórica. Para o presente trabalho, entendemos ser suficiente apontar para a falta de discussão recente sobre o tema, assim como o risco de o mesmo ser considerado irrelevante, devido a uma compreensão enviesada negativamente sobre os MPs, que não é exclusiva da comunidade da AC.

Apesar disso, é evidente que são necessárias mais pesquisas, a partir da AC, que demonstrem até que ponto as inferências a partir de MPs são válidas. Em última instância, deve-se aferir o grau em que amostras de comportamento coletadas com MPs se referem ao repertório comportamental geral, ou seja, validade no sentido lato do termo (Urbina, 2007).

Desta forma, o presente trabalho se caracteriza, em parte, como uma avaliação e defesa da validade de construto (Pasquali, 2007; Urbina, 2007) dos dados produzidos por MPs em relação ao construto personalidade na AC. Ou seja, defende-se que os dados que esses instrumentos produzem informam sobre o que se pode chamar de personalidade a partir de uma perspectiva analítico-comportamental, em especial para a evocação de amostras de comportamentos clinicamente relevantes. Apesar disso, também são necessários mais estudos sobre personalidade como construto definido e investigado pela AC.

Além do estereótipo que descrevemos, entendemos que parte da resistência em usar instrumentos como as técnicas autoexpressivas pode se dar por dificuldades na análise estatística e na avaliação das características psicométricas dos instrumentos. Não obstante, instrumentos de avaliação psicológica em contexto clínico não precisam necessariamente oferecer dados quantitativos e com referência a normas populacionais. Por mais que haja instrumentos para esse fim, realizar uma formulação de caso e definir objetivos terapêuticos pode ser feito usando instrumentos que forneçam dados mais abrangentes e detalhados sobre o funcionamento do cliente. No próprio campo da Avaliação Psicológica, não há um consenso absoluto sobre essas questões (Scaduto et al., 2020).

Para analistas do comportamento, que estão mais habituados a métodos de pesquisa intrasujeito, o manejo de informações de nível nomotético e o recurso à Estatística e à Psicomетria não contribuem para o interesse em pesquisar e trabalhar com tais instrumentos. Contudo, o nível nomotético de avaliação é, em última instância, o nível cultural de seleção do comportamento, de forma a

embasar empiricamente a prática clínica para esse tipo de avaliação. Nessa direção, convidamos a comunidade para ampliar o debate sobre o potencial do uso de MPs, seja de forma padronizada ou como facilitador da interação, o que poderá aprimorar os conhecimentos de ambas as áreas. Independentemente de se aceitar ou utilizar MPs, convidamos ao estudo rigoroso e debate com tranquilidade e sem dogmatismos.

A partir disso, entendemos que discussões acerca da validação de instrumentos fundamentada na AC são um importante passo nessa discussão. Avaliar a função de análises idiográficas e nomotéticas na pesquisa e intervenção analítico-comportamental usando MPs pode fornecer importantes desenvolvimentos para a AC e a Avaliação Psicológica.

REFERÊNCIAS

- Aragonez, C. F. (2013). *Teste de Apercepção Familiar (FAT): Estudo de validade de critério* [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/833>
- Ávila, E. M. de M., & Azevedo, Y. L. de. (2019). O brincar como instrumento facilitador para o relato de eventos privados relacionados à hospitalização. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 10(1), 175–191. <https://doi.org/10.18761/pac.tac.2019.009>
- Banaco, R. A. (1999). Acesso a eventos encobertos na prática clínica: Um fim ou um meio? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1(2), 135–142.
- Banaco, R. A., Vermes, J. S., Zamignani, D. R., Martone, R. C., & Kovac, R. (2012). Personalidade. In M. M. C. Hubner & M. B. Moreira (Eds.), *Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento* (pp. 144–153). Guanabara Koogan.
- Barnes-Holmes, Y., Barnes-Holmes, D., & McEnteggart, C. (2018). Narrative: Its importance in modern behavior analysis and therapy [Narrativa: Sua importância na análise do comportamento e terapia comportamental modernas]. *Perspectives on Behavior Science*, 41(2), 509–516. <https://doi.org/10.1007/s40614-018-0152-y>
- Benvenuti, M. F. L. (2010). Contato com a realidade, crenças, ilusões e superstições: Possibilidades do analista do comportamento. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 1(1), 34–43.
- Bolling, M. Y., Terry, C. M., & Kohlenberg, R. J. (2006). Behavioral theories [Teorias comportamentais]. In J. C. Thomas & D. L. Segal (Eds.), *Comprehensive handbook of personality and psychopathology: Vol. 1. Personality and everyday functioning* (pp. 142–157). Wiley.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Josua, D. (2019). Instrumentos de avaliação na pesquisa e na prática clínica: questões relevantes para a produção de evidências na TAC. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(1), 42-63. <https://doi.org/10.18761/PAC.TAC.2019.008>

- Borloti, E. (2004). As relações verbais elementares e o processo autoclítico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(2), 221–236.
- Borloti, E., & Hubner, M. M. C. (2010). O autoclítico e a construção verbal. In M. M. C. Hubner, M. R. Garcia, P. R. Abreu, E. N. P. de Cillo, & P. B. Faleiros (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 25. Análise experimental do comportamento, cultura, questões conceituais e filosóficas* (pp. 279–287). ESETec Editores Associados.
- Borloti, E., Iglesias, A., Dalvi, C. M., & Silva, R. D. M. (2008). Análise comportamental do discurso: Fundamentos e método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(1), 101–110. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722008000100012>
- Buck, J. N. (2003). *H-T-P: Casa - Árvore - Pessoa. Técnica projetiva de desenho: Manual e guia de interpretação*. (R. C. Tardivo, Trad., 1ª ed.). Vetor.
- Bueno, G. N., & Britto, I. A. G. de S. (2011). Uma abordagem funcional para os comportamentos delirar e alucinar. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 13(3), 4–15. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v13i3.458>
- Constantino, G., Litman, L., Waxman, R., Dupertuis, D., Pais, E., Rosenzweig, C., Forti, G., Paronik, J., & Canales, M. F. (2014). Tell-Me-A-Story (TEMAS) assessment for culturally diverse children and adolescents [TEMAS, avaliação para crianças e adolescentes culturalmente diversos]. *Rorschachiana*, 35, 154–175. <https://doi.org/10.1027/1192-5604/a000054>
- Córdova, L. F., & Medeiros, C. A. de. (2003). Diferenciação entre a noção de significação pelo uso e a baseada em relações de equivalência: Visões comportamentais de significação. In Maria Zilah da Silva Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. de Moura, V. M. da Silva, & S. M. Olian (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 11. A história e os avanços. A seleção por consequências em ação* (pp. 170–178). ESETec Editores Associados.
- Cruz, R. N. da. (2016). A fundação do JEAB e o isolamento histórico da análise do comportamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1–9. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e323215>
- De Rose, J., & Bortoloti, R. (2007). A equivalência de estímulos como modelo de significados. In *Acta Comportamental*, 15, 83–102.
- De Rose, J. C. C. (1999). O relato verbal segundo a perspectiva da análise do comportamento: Contribuições conceituais e experimentais. In R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (2ª ed., pp. 148–163). ARBytes.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2018). *Inventário de Habilidades Sociais 2 (IHS2-Del-Prette): Manual de Aplicação, Apuração e Interpretação*. Pearson.
- Ferreira, D. C., Tadaiesky, L. T., Coêlho, N. L., Neno, S., & Tourinho, E. Z. (2010). A interpretação de cognições e emoções com o conceito de eventos privados e a abordagem analítico-comportamental da ansiedade e da depressão. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 1(2), 70–85. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v1i2.27>

- Figueiredo, C., & Naves, A. R. C. X. (2018). O uso do desenho na avaliação de repertórios comportamentais de crianças. In De-Farias, A. K. C. R., Fonseca, F. N., & Nery, L. B. (Orgs.), *Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica* (pp.214-237). Artmed.
- Formiga, N. S., & Mello, I. (2000). Testes psicológicos e técnicas projetivas: Uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(2), 12–19. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932000000200004>
- Grønnerød, C., Overskeid, G., & Hartmann, E. (2012). Under Skinner’s skin: gauging a behaviorist from his Rorschach protocol [Sob a pele de Skinner: medindo um behaviorista pelo seu protocolo do Rorschach]. *Journal of Personality Assessment*, 95(1), 1-12. <https://doi.org/10.1080/00223891.2012.696081>
- Guilhardi, H. J. (1998). Um modelo comportamental de análise de sonhos. In B. Range (Ed.), *Psicoterapia comportamental e cognitiva de transtornos psiquiátricos*. Editorial Psy.
- Haber, G. M., & Carmo, J. dos S. (2007). O fantasiar como recurso na clínica comportamental infantil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 45–61. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v9i1.145>
- Hayes, S. C. (1984). Making sense of spirituality [Compreendendo a espiritualidade]. *Behaviorism*, 12, 99–110.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Roche, B. (Eds.) (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition* [Teoria das Molduras Relacionais: Uma abordagem pós-Skinneriana da linguagem e cognição humanas]. Plenum Press.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D, & Wilson, K. G. (2021). Terapia de aceitação e compromisso: O processo e a prática da mudança consciente (Rosa, S. M. M. da, trad.; 2ª ed.). Porto Alegre: Artmed. (Originalmente publicado em 2012).
- Hineline, P. N. (2018). Narrative: Why it’s important, and how it works [Narrativa: Porque é importante e como funciona]. *Perspectives on Behavior Science*, 41(2), 471–501.
- Hubner, M. M. C. (2006). Controle de estímulos e relações de equivalência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(1), 95–102. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v8i1.22>
- Jenkins, S. R. (2008). *A handbook of clinical scoring systems for Thematic Apperceptive Techniques* [Manual de sistemas de pontuação clínica para técnicas aperceptivo temáticas]. Taylor & Francis Group.
- Jenkins, S. R. (2017). Not your same old story: New rules for Thematic Apperceptive Techniques (TATs) [Não é sua mesma velha história: Novas regras para técnicas aperceptivo temáticas]. *Journal of Personality Assessment*, 99(3), 238–253. <https://doi.org/10.1080/00223891.2016.1248972>
- Lopes, C. E., & Abib, J. A. D. (2002). Teoria da percepção no behaviorismo radical. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(2), 129–137. <https://doi.org/10.1590/s0102-37722002000200003>
- Magalhães, T. de O. (2019). Percepção de figuras ambíguas e criatividade: Uma interpretação analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia*

- Comportamental e Cognitiva*, 21(3), 303-316. <https://doi.org/10.31505/rb-tcc.v21i3.1354>
- Marques, A., Tardivo, L. S. P. C., Moraes, M. C. V. M., & Tosi, S. D. (2013). *Teste de Apercepção para Idosos (SAT) – adaptação brasileira*. Vetor.
- Marques, A., Tardivo, L. S. P. C., Moraes, M. C. V. M., & Tosi, S. D. (2016). *Teste de Apercepção Infantil (CAT-H) – adaptação brasileira*. Vetor.
- Meyer, S. B., Del Prette, G., Zamignani, D. R., Banaco, R. A., Neno, S. & Tourinho, E. Z. (2010). Análise do comportamento e terapia analítico-comportamental. In E. Z. Tourinho & S. V. Luna (Orgs.), *Análise do comportamento: Investigações histórias, conceituais e aplicadas* (pp. 153-174). São Paulo: Roca.
- Meyer, G. J., Viglione, D. J., Mihura, J. L., Erard, R. E., & Erdberg, P. (2017). *R-PAS: Sistema de avaliação por performance no Rorschach* (F. K. Miguel & D. R. Silva, Trans.). Hogrefe. (Originalmente publicado em 2011)
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF*, 19(1), 97–106.
- Moreira, M. B., Todorov, J. C., & Nalini, L. E. G. (2006). Algumas considerações sobre o responder relacional. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 192–211.
- Murray, H. A. (2005). *Teste de Apercepção Temática: Henry A. Murray e colaboradores da Clínica Psicológica de Harvard* (M. C. V. da Silva, ed.; 3ª ed.). Casa do Psicólogo. (Originalmente publicado em 1943)
- Palmer, D. C. (2018). The power of narratives derives from evoked behavior [O poder das narrativas deriva do comportamento evocado]. *Perspectives on Behavior Science*, 41(2), 503–507. <https://doi.org/10.1007/s40614-018-0159-4>
- Pasquali, L. (2007). Validade dos testes psicológicos: Será possível reencontrar o caminho? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(especial), 99–107.
- Pinto, E. R. (2014). Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora (Rio de Janeiro)*, 17(1), 135–153. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>
- Rabelo, L. Z., & De Rose, J. C. (2015). É possível fazer uma análise comportamental da inteligência? *Revista Brasileira de Análise Do Comportamento*, 11(1), 80–92. <https://doi.org/10.18542/rebac.v11i1.2382>
- Regra, J. A. G. (1999). A fantasia e o desenho. In R. R. Kerbauy & R. C. Wielenska (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 4. Psicologia comportamental e cognitiva: da reflexão teórica à diversidade da aplicação* (pp. 105–115). ARBytes.
- Regra, J. A. G. (2001). A fantasia infantil na prática clínica para diagnóstico e mudança comportamental. In R. C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 6. Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e em outros contextos* (pp. 179–186). ESETEC Editores Associados.
- Reppold, C. T., Wechsler, S. M., Almeida, L. da S., Elosua, P., & Hutz, C. S. (2020). Perfil dos Psicólogos Brasileiros que Utilizam Testes Psicológicos: Áreas e Instrumentos Utilizados. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201348>

- Rutherford, A. (2003). B. F. Skinner and the auditory inkblot: The rise and fall of the verbal summator as a projective technique [B. F. Skinner e a mancha de tinta auditiva: A ascensão e queda do somador verbal como uma técnica projetiva]. *History of Psychology*, 6(4), 362-378. <https://doi.org/10.1037/1093-4510.6.4.362>
- Scaduto, A. A. (2016). *O Teste de Apercepção Temática (TAT) em adultos: Dados normativos para o sistema morvaliano* [Tese de doutorado não publicada]. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-11052016-104942/pt-br.php>
- Scaduto, A. A., Barbieri, V., & Santos, M. A. (2020). Validity of the TAT in Brazil: Theoretical and methodological issues [Validade do TAT no Brasil: Questões teóricas e metodológicas]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36.
- Sdoukos, S. S., Kirchner, L. de F., & Cavalheiro, M. C. (2019). Avaliação psicológica e análise do comportamento: Relações possíveis? In J. C. Luzia, J. Gamba, N. Kienen, & S. R. de S. A. Gil (Eds.), *Psicologia e análise do comportamento: Pesquisa e intervenção* (pp. 80–90). Universidade Estadual de Londrina.
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences [Leitura e equivalência auditório-visual]. *Journal of Speech and Hearing Researches*, 14, 5–13.
- Silva, A. L. P. da. (2004). *Desenvolvimento de comportamentos profissionais de avaliação em psicologia na formação de psicólogos* [Dissertação de mestrado não publicada]. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88053>
- Silva, M. C. de A. e, & Silveira, J. M. da. (2017). Verificação dos prováveis efeitos da metáfora em um processo terapêutico analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 4–17. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i1.946>
- Silveira, J. M. da, & Almeida, L. de. (2010). O Inconsciente na Interpretação clínica analítico-comportamental. *Revista Da Abordagem Gestáltica*, 16(1), 64–72.
- Skinner, B. F. (1936). The verbal summator and a method for the study of latent speech [O somador verbal e um método para o estudo de fala latente. *The Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, 2, 71–107. <https://doi.org/10.1080/00223980.1936.9917445>
- Skinner, B. F. (1945). Operational analysis of psychological terms [Análise operacional de termos psicológicos]. *Psychological Review*, 52, 270–277.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior* [Comportamento verbal]. B. F. Skinner Foundation.
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads., 11ª ed.). Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (2009). *Sobre o behaviorismo* (15a ed.). Editora Cultrix. (Originalmente publicado em 1974)

- Strapasson, B. A., & Dittrich, A. (2008). O conceito de “prestar atenção” para Skinner. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 519–526. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400016>
- Strapasson, B. A., Zuge, P. R., & Cruz, R. N. da. (2017). O isolamento da análise do comportamento no Brasil: Uma análise bibliométrica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(1), 94–114.
- Teglasi, H. (2010). *Essential of TAT and other storytelling assessments* (2ª ed) [Fundamentos do TAT e outros métodos avaliativos de narrativas]. John Wiley & Sons.
- Telles, V. S. (2000). A desvinculação do TAT do conceito de “projeção” e a ampliação de seu uso. *Psicologia USP*, 11(1), 63–83. <https://doi.org/10.1590/s0103-65642000000100005>
- Todorov, J. C. (2016). No princípio era o isolamento voluntário, agora temos que correr para recuperar o tempo perdido. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis Del Comportamiento*, 24(2), 195–199.
- Törneke, N., Luciano, C., Barnes-Holmes, Y., & Bond, F. W. (2015). RFT for clinical practice: Three core strategies in understanding and treating human suffering [Três estratégias centrais em compreender e tratar sofrimento humano]. In R. D. Zettle, S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.), *The Wiley handbook of contextual behavioral science* (pp. 254–272). John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118489857.ch12>
- Trautenberg, N. R. de. (1998). *A prática do Rorschach*. Vetor.
- Trinca, W. (1997). *Formas de investigação clínica em psicologia*. Vetor.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Artmed.
- Vandenbergue, L., & Pitanga, A. V. (2007). A análise de sonhos nas terapias cognitivas e comportamentais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(2), 239–246. <https://doi.org/10.1590/s0103-166x2007000200010>
- Villemor-Amaral, A. E. de, & Pasqualini-Casado, L. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Psico-USF*, 11(2), 185–193. <https://doi.org/10.1590/s1413-82712006000200007>
- Xavier, G. S., Espíndola, P. S., Córdova, L. F., & Silva, N. N. F. M. da. (2017). Método Reno: Uma proposta para análise comportamental do discurso. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 8(1), 120–134. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.037>
- Yano, Y. & Meyer, S. B. (2004). Sistematização de observações informais em psicoterapia. In M. Z. de S. Brandão, F. C. de S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. da Silva & S. M. Oliani (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 13. Contingências e Metacontingências: Contextos Socioverbais e o Comportamento do Terapeuta* (pp. 384–387). ESETec Editores Associados.

